facto de BOUDON as considerar dependentes de uma simples questão de «bom senso» ou «intuição». Por isso nos parece legítimo sugerir que, a título de exercício, o leitor proceda a uma tentativa de reconstituição dos momentos fundamentais desse discurso metodológico. Nem que tal tarefa exija o árduo esforço de uma leitura sintomal.

José Madureira Pinto

GOLDSMITH, Edward; ALLEN, Robert ALLABY, Michael; DAVOLL, John e LAWRENCE, Sam, — *Changer ou disparaître. Plan pour la Survie* — Fayard, Paris, 1972, 158 pp. (trad. francesa de «A Blueprint for Survival», artigo publicado na revista *The Ecologist* em Janeiro de 1972. Trad. esp.: *Manifesto para la Supervivência,* Madrid, Alianza Editorial, 1972, 173 pp.).

> «Si une politique d'ensemble ne remet pas en cause les types de relations propres au capitalisme qui soumettent le reste de la société au secteur moderne autocentré, qu'il faut mettre en place, alors les «pôles de développement» deviennent les «pôles de développement du sous-développement» (Samir AMIN, *L'accumulation à l'échelle mondiale,* Editions Anthropos, Paris, 1971, pp. 597-598).

Com base no relatório inicial de uma investigação realizada pelo Massachussets Institute of Technology para o Clube de Roma [1], diversas polémicas se estabeleceram à volta dos resultados a que essa investigação havia chegado, bem como diversos estudos foram buscar aí, parte da fundamentação analítica e documental com vista a objectivos aparentemente diferentes.

Tal é o caso da obra que, neste momento, se recenseia. Mas se um dos aspectos «positivos» do relatório do M.I.T. havia sido o de sublinhar a existência de *ecosistemas* e da possibilidade da sua *ruptura,* caso as condições de produção e consumo e também a própria estrutura demográfica, não sofressem alterações ao nível «planetário», o presente texto pretende ser um *manifesto de política ecológica* e, neste caso, propõe-se sugerir as medidas a tomar para impedir a «catástrofe» aludida no relatório do M.I.T.

E diga-se, desde já, que este livro *poderia ser* uma obra importante se as propostas formuladas como medidas urgentes de «política planetária», não ficassem absolutamente «desincarnadas» da própria realidade concreta que, paradoxalmente, pretendem visar.

Duas razões fundamentais levam-nos a uma tal constatação: a primeira e mais grave (patente, de resto, na maior parte dos escritos e discursos sobre o «meio ambiente», a «poluição», etc.) é acentuar toda a análise documental nas *consequências* de determinadas situações, recusando-se, assim, a destacar, definindo, os elementos causais (que remetem para determinadas articulações estruturais) e que, òbviamente, desencadeiam o que na linguagem vulgar se designa pela expressão (tão equívoca quanto significante da ideologia que veícula) de «problemas da civilização industrial». Poderiamos citar numerosos exemplos que ao longo deste texto patenteiam a recusa em dilucidar as estru-

> «[...] julgamos deixar claro que os dizer dos seus autores, põem em questão a «sobrevivência da humanidade». No entanto, destacaremos uma única citação que nos parece ilustrativa do que acabámos de afirmar: «[...] julgamos deixar claro que os grandes problemas actuais do meio ambiente não têm a ver com os acidentes provisórios dos sistemas económicos e sociais existentes. Pelo contrário, que esses problemas nos possam servir de aviso sobre a incompatibilidade essencial entre a nossa mitologia inveterada no contínuo crescimento e esta imagem que começa a surgir em nós da Terra como uma nave espacial de recursos limitados e em que a pilotagem não tolera erros de cálculo» (p. 14).

Mas há uma segunda razão que limita fortemente (se não completa-

[1] Esse relatório inicial foi posteriormente editado com o título *The Limits to Growth,* por Potomac Associates Book em 1972 (trad. francesa: *Halte à la Croissance?,* Fayard, 1972, Vd. recensão crítica à edição inglesa, por Silva PEREIRA, *Análise Social* n.º 34, 1972). A investigação, realizada por uma equipa de investigadores animados por Dennis MEADOWS do M. I. T. correspondeu a uma encomenda do Clube de Roma (presidido, em 1972, por um dos dirigentes da Fiat) e foi financiado pela Fundação Volkswagen. Procurava-se, assim, responder ao pedido feito realizando um «estudo sobre os problemas críticos do meio ambiente».

mente!) as proposições políticas deste «manifesto». É a que decorre da aceitação implícita das teses do «dualismo», agora estendidas ao nível planetário. Isto é, o «globo terrestre» é partido em dois, de um lado os «desenvolvidos», do outro os «subdesenvolvidos» como dois vasos estanques entre si, sem ligações *estruturais, funcionais,* ... enfim, *políticas,* e para as quais se reservam propostas aparentemente diferentes. Claro que se pode argumentar que «operacionalmente» (e tratava-se de propor soluções políticas «operacionais»...) era necessário realizar uma tal dicotomização. Mas sem entrar na discussão teórica da noção de «operacionalidade», será que não se comete um *duplo erro* (que não é nada inocente!) ao se escamotearem as *articulações essenciais* entre essas «duas partes», ao mesmo tempo que se silenciam as causas que determinaram a existência histórica e estrutural dessa sofisticada dualidade? Paradoxalmente, fala-se do possível esgotamento das matérias primas (que se sabe existirem, predominantemente, nos chamados «países sub-desenvolvidos») ao mesmo tempo que se propõe a limitação do crescimento económico (que, òbviamente, se dirige a certos «países desenvolvidos»).

Contudo, o presente *manifesto,* para além das duas «pequenas» imprecisões teóricas e políticas que assinalámos, pretende fundamentar as suas propostas numa análise «científica» da *realidade ecológica* (entendida como «totalizante» das diversas partições analíticas do *real*), análise que decorre de uma intencionalidade entendida como «neutral» face às contradições sociais — regionais ou planetárias — ou melhor, a própria fundamentação «científica» das análises efectuadas, caucionaria o referido conjunto de propostas, como medidas de política situadas *para além* dessas mesmas contradições sociais. Uma vez mais recusando entrar na discussão de um tal sofisma (que um mínimo de pudor já deveria ter remetido para as «poubelles de l'histoire»), avancemos pois, uma única citação que nos parece ser significativa da *não-inocência política* deste «manifesto ecológico»: «renunciaremos, pois, em fazer a distinção arbitrária entre os homens enquanto que assalariados e enquanto que vizinhos; assim, os empregos responderão às necessidades da própria comunidade, em situação de estabilidade, e não no lucro que uma classe social possa encontrar na exploração de uma outra, quer se trate do capital quer se refira ao trabalho» (p. 56).

É evidente, também, que algumas das proposições apresentadas [2], em *si mesmas,* implicam *necessàriamente* profundas alterações estruturais da maior parte das sociedades actualmente existentes. Tal é o caso das propostas sobre a descentralização regional e política com a criação de pequenas comunidades [3] auto-suficientes em quase todos os planos (considerada, pelos autores, como a proposição mais radical!), assim como as medidas que preconizam uma limitação dos produtos artificiais na agricultura e indústria (pesticidas, adubos, matérias plásticas, etc.), as que bos químicos, matérias plásticas, etc.), as que se referem à descentralização da indústria e à redistribuição do poder central. Porque essas propostas são de *natureza política* diferente [4], e porque se encontram «amalgamadas» em distintos níveis de intervenção (não é o mesmo, òbviamente, sugerir a criação de impostos sobre as matérias primas e afirmar a necessidade de uma redistribuição do poder central), optámos pela sua publicação em anexo pois que a simples leitura sintetiza os pontos essenciais deste «manifesto». Mas é *manifesto* também, que o valor programático dessas propostas dilui-se completamente nas próprias «argumentações» que as subentendem. A aceitar algumas dessas propostas é evidente que se impõe toda *uma outra fundamentação teórica e política justificativa* de tais opções.

---

[2] Vd. em anexo o esboço esquemático das medidas apresentadas em função das diversas variáveis explicativas da proposta de uma «sociedade estável».

[3] Uma tal proposta — criação de pequenas comunidades autosuficientes — que recorda as *utopias milenaristas* (de que o «falanstério de Fourier era um dos modelos mais curiosos) constitui, também, um dos elementos básicos dos *movimentos sociais* que propõem o «retorno à natureza» como *fuga* a uma sociedade «tecnològicamente poluente e socialmente alienante». Tal é o caso, por exemplo, de certos «movimentos ecológicos» nos E. U. A. ou dos partidários da «soft technology» na Inglaterra.

[4] Algumas dessas propostas (as que se referem mais directamente a certos *biotopos,* propondo uma regulamentação relativamente estricta com vista à sua conservação) foram apresentadas à 1.ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, Junho 1972.

Ressalve-se, contudo, em relação ao conteúdo desta obra, a análise documental indicada em alguns dos anexos ao referido «manifesto», nomeadamente os que se referem à «ruptura dos ecosistemas» e aos «recursos não renováveis», (um dos quatro restantes anexos, que pretende analisar «os sistemas sociais e a sua ruptura» é de valor muito relativo dada a *perspectiva organicista* utilizada sobre temas tão do gosto da «sociologia funcionalista» como sejam: a criminalidade, as doenças mentais, os suicídios, etc., recorrendo a noções como «anomia», «integração», «adaptação», etc.).

Para além desta visão organicista e naturalista da história e das ciências e do «humanitarismo» expresso nas suas propostas de *política ecológica planetária,* que nos resta deste «manifesto para a sobrevivência»? Talvez o de ter chamado a atenção, uma vez mais, para a existência de um problema grave! Mas a «gravidade» não lhe vem tanto das consequências manifestas, como das razões estruturais e históricas que possibilitaram (e possibilitam ainda!) a iminência da «catástrofe». Por isso remetemos para a frase indicada no começo desta recensão: com ela pretendemos apontar, desde logo, para um dos elementos básicos explicativos da actual situação.

Vitor Matias Ferreira

ANEXO *

Variáveis que figuram no «Esquema simplificado da «estabilização»

(*a*) Instituição de um serviço nacional de população;

(*b*) Criação de impostos sobre as matérias primas, as amortizações (proporcionais à esperança de vida dos produtos) e a energia; legislação contra os elementos prejudiciais *(nuisances);* normas a atingir no sentido da qualidade do ar, da terra e da água; subvenções para a reciclagem (da utilização de certas matérias primas ou produtos, realizada com conservação de energia); sistemas corrigidos de contabilização social;

(*c*) Os países desenvolvidos renunciam a qualquer novo emprego de pesticidas de efeito persistente e subvencionam os países subdesenvolvidos para que, progressivamente, possam chegar a uma situação semelhante;

(*d*) Fim das subvenções aos adubos artificiais;

(*e*) Subvenções aos adubos e à diversidade das culturas;

(*f*) Programa de ajuda alimentar de urgência aos países sub-desenvolvidos;

(*g*) Substituição progressiva dos pesticidas de efeito persistente pelos não-persistentes;

(*h*) Programa de investigação de regulação integrada;

(*i*) Programa de formação de «quadros» para a regulação integrada;

(*j*) Substituição da regulação integrada pela regulação química;

(*k*) Começo de execução de diversificados procedimentos de culturas;

(*l*) Fim da construção de auto-estradas;

(*m*) Recuperação das terras abandonadas e lançamento de um programa de renovação;

(*n*) Restrições aos meios de transporte privados e subvenções aos meios de transporte públicos;

(*o*) Desenvolvimento de um tráfico rápido de massa;

(*p*) Investigação de matérias de substituição;

(*q*) Desenvolvimento de tecnologias de substituição;

(*r*) Descentralização da indústria, fase I (reorientação);

(*s*) Descentralização da indústria, fase II (desenvolvimento de indústrias ao serviço da comunidade);

(*t*) Redistribuição do poder central;

(*u*) Investigação em matéria de educação;

(*v*) Formação de quadros educativos;

(*w*) Educação;

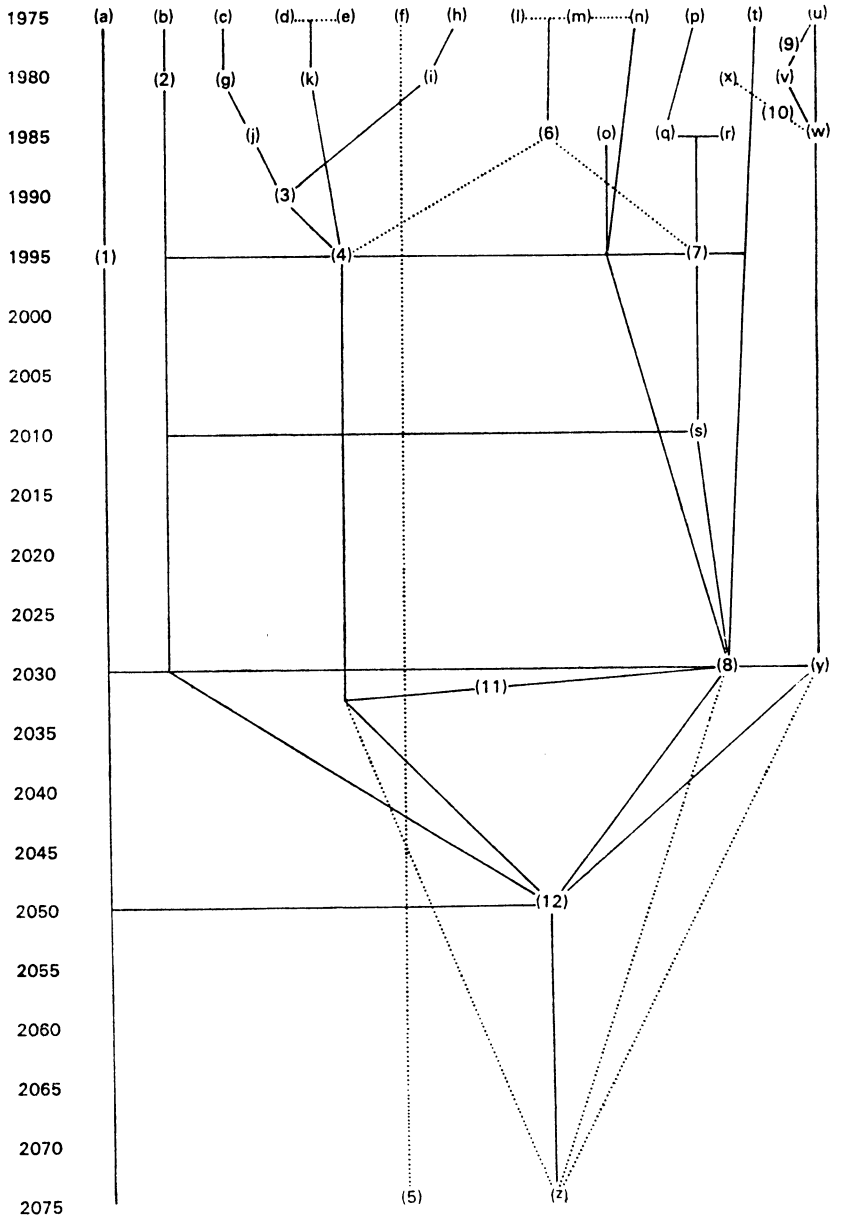
(*x*) Comunidades experimentais;

(*y*) Retorno à terra do lixo doméstico;

(*z*) Fixação de uma data para a instalação de uma rede de base de comunidades autárquicas e autoreguladoras.

* Ver pág. seguinte.

Esquema simplificado da «estabilização»



Notas ao esquema simplificado de «estabilização»

(1) Deveria estar inteiramente operacional em 1980; a rever em 1995 — se a taxa de substituição para as famílias não puder concretizar-se no ano 2000, tomar medidas de restrição socioeconómicas; a população da Inglaterra deverá começar a diminuir lentamente a partir de 2015-2025, a do mundo a partir de 2100; de esperar pouca retroacção para a Inglaterra antes de 2030.

(2) Progressivo; correcções de detalhe para resolver as dificuldades até 1980; favorecendo a conservação dos materiais e de energia o emprego intensivo de mão-de-obra na indústria, a descentralização e a progressão no sentido de (*p*) (*q*) (*r*) e (*s*).

(3) Uma passagem parcial à regulação integrada pode começar imediatamente, mas a transferência a uma vasta escala dependerá (*h*) do programa de investigação de regulação integrada; evidentemente, (*h*), (*i*) e (*l*) prosseguirão num curso paralelo e estão assim figurados como um conjunto; (*g*) continuará também durante um certo tempo.

(4) Os procedimentos de cultura diversificada (*k*) e a regulação integrada (*j*) conjugar-se-ão para estimular uma agricultura bem adaptada a comunidades reduzidas, usufruindo de uma larga autarquia; a partir daí pode-se contar com uma retroacção interessante.

(5) Será necessário, sem dúvida, até ao ano de 2100.

(6) A mão-de-obra libertada da construção das estradas poderá ser transferida para (*m*) a recuperação das terras abandonadas que deveria estar terminada em 1985; depois do que poderá haver outros programas de renovação, tais como a restauração dos canais, enquanto que a agricultura terá cada vez mais necessidade de mão-de-obra.

(7) O desenvolvimento de tecnologias de substituição (*q*) e a reorientação da indústria (*r*) irão a par; retroacção sucessivamente mais interessante entre (*b*) e (*t*).

(8) A descentralização dos poderes públicos deve terminar no ano de 2030, dando-se assim 45 anos para a execução de (*w*); ver nota (9).

(9) Para a organização e investigação preliminares, fica previsto, ùnicamente, um prazo de cinco anos, pois que podem progredir paralelamente com a formação de quadros educativos (*v*) e com o próprio programa de educação (*w*).

(10) Poder-se-iam organizar comunidades experimentais de 500 membros para clarificar os problemas; retroacção em (*u*).

(11) Desde que as comunidades estejam situadas nas dimensões que se deseja, os lixos domésticos podem voltar para a terra; de um modo geral, a amálgama das actividades rurais e urbanas pode começar.

(12) A partir daí, a diversidade da agricultura, a descentralização da indústria e dos poderes públicos, assim como a proporção de jovens e adultos educados com vista a uma sociedade éstável, deveriam ser suficientes para que a instalação de comunidades autárquicas e autoreguladoras esteja bem avançada. No entanto dar-se-ia o tempo de uma nova geração para alcançar a data limite.

livros recebidos

CHARLOT, Jean (direcção) — *Quand la gauche peut gagner...* (inquéritos IFOP, 1967, 1968, 1973) — Paris, Editions Alain Moreau, 1973.

Apresentando toda uma sucessão de inquéritos e de análises de resultados realizados em sucessivos períodos eleitorais, este livro representa uma contribuição importante para a compreensão dos mecanismos e dos instrumentos políticos franceses, constituíndo um contraponto factual indispensável para escapar às frequentes circularidades estritamente teóricas que aparentemente explicam tudo, mas que, muitas vezes, se revelam inaceitáveis, quer porque a óptica nelas utilizada é deformante, quer porque a sua base factual é insuficiente.

COTTA, Alain — *Dicionário de Economia* — Lisboa, Dom Quixote, 1973, 412 pp.

De entre as dificuldades maiores com que o estudante depara ao iniciar-se na aprendizagem de qualquer campo teórico, ressalta a da necessidade da sua familiarização, com noções, conceitos ou categorias cujo conteúdo ultrapassa largamente o significado que o senso comum lhes atribui.

Da mesma forma, o estudioso de qualquer disciplina vê-se, por vezes, na necessidade — tão frequente no campo das ciências sociais — de se socorrer de análises e explicações cujo conteúdo releva de outras disciplinas complementares da sua. E, por vezes, não se torna fácil a esse estudioso aperceber-se da extensão